

# Propostas da Renovação Comunista Sobre a União Europeia

---

## *Questões Gerais*

1 – A luta de classes é que faz a História mas ao nível das relações entre as nações europeias a sua expressão é a História da construção de uma regulação supranacional para o convívio pacífico, solidariedade e prosperidade, em oposição ao hegemonismo das nações dominantes e ao chauvinismo nacional, expressões afinal dos limites e incapacidade históricas da burguesia em ascender a um projecto verdadeiramente internacional.

2 – Quem mais se afirma e mais interessada está na construção de um modelo de relacionamento supranacional, consistente e operativo, é a força convergente dos trabalhadores, em última análise verdadeiros beneficiários de um mundo de solidariedade internacionalista, progressivamente livre das segmentações nacionais, de classe, raça ou religião.

3 – A posição da Renovação Comunista sublinha no entanto que a sua visão é extensível, em última análise, ao mundo todo, mas não deixa de valorizar desde já as oportunidades de convivência e de regulação supranacionais em regiões marcadas pela proximidade geográfica e a proximidade económica como as que se observam no continente europeu e noutras regiões do mundo. Para os renovadores comunistas, esses passos podem, pela acção dos trabalhadores, constituir-se em palcos de luta de um processo que a sua acção procura estender ao mundo todo.

4 – Neste sentido, a Renovação Comunista recusa os mecanismos de cartel e alianças na Europa como podendo ser a mera extensão de preconceitos chauvinistas ou de hegemonia mundial de uma suposta supremacia cultural ou étnica europeias. Os renovadores comunistas são portanto fiéis ao legado internacionalista dos clássicos do marxismo.

4,5- O lugar da nação e do regionalismo, e das eventuais protecções que possa conferir, não pode por isso ser mais do que um instrumento transitório para se alcançar a coesão. Na verdade, a construção internacional pressupõe a busca da coesão e da solidariedade e justificará por certo medidas de discriminação positiva para regiões atrasadas e desfavorecidas, as quais serão por muito tempo parte dos programas das forças internacionalistas também. A ênfase em programas de estímulo a regiões atrasadas favorece por isso entendimentos com forças nacionais que reclamam essa discriminação positiva também, desde que apontada à ideia da construção solidária da igualdade e aproximação entre os povos.

5- Em momentos de especial confrontação das forças da guerra na Europa, em concreto dos interesses belicistas e imperialistas do grande capital, foi natural que muitos comunistas olhassem qualquer tentativa de regulação económica e política comuns como votada necessariamente ao fracasso, sem primeiro se resolver o

problema da edificação do socialismo e de se alcançar a vitória revolucionária nos principais países. Esta discussão, entre a questão da condição prévia do socialismo ou da possibilidade de entendimentos entre regimes políticos e económicos diversos, dividiu mesmo no início do século XX o movimento operário, designadamente os comunistas e os social-democratas, embora num contexto muito particular da carnificina da 1ª Guerra Mundial e de rápido amadurecimento revolucionário na Alemanha e na Rússia. Os comunistas jogaram tudo na revolução iminente, nessa época, como meio plausível de parar a confrontação e a guerra imperialista e consideraram a hipótese de uma regulação entre países de capitalistas como utópica e deslocada daquele contexto revolucionário.

6- O último século assistiu contudo a momentos em que as forças burguesas conseguiram baixar o nível de confrontação e favoreceram uma ordem jurídica, política e económica, onde eram preferíveis condições de desenvolvimento das forças produtivas e do mercado, em ambiente pacífico e regulado, ainda que sujeito a correlações de força de dominação e subordinação inaceitáveis entre países.

7 – A possibilidade de uma ordem mais distendida internacional, apesar da tendência à confrontação inerente ao caos mercantil e à competição capitalistas geradores constantes de confrontação, foi desde sempre perseguida por pensadores e certas correntes burguesas, embora em bases utópicas, e alimentou momentos tão importantes como a criação da Sociedade das Nações, a ONU e a própria Comunidade Europeia.

8- Apesar de marcados pelas discussões e posições que antes tinham desenvolvido no contexto da crise da 1ª Guerra Mundial, os comunistas e as forças progressistas não enjeitaram participar depois na criação de uma clima internacional regulado e pacífico independentemente dos regimes políticos e económicos, ainda que não tenham para isso edificado uma pertinente teoria para as relações e a ordem internacionais, nem retomado o debate no ponto em que o deixaram no início do século XX. Essa omissão acabou por fazer resvalar a acção comunista para uma espécie de pragmatismo sem verdadeiro programa de acção internacional a que urge pôr cobro. O défice teórico no campo comunista impediu-os de edificar uma teoria consistente das relações internacionais e das tendências para integração económica em ambiente capitalista.

9 – Produziram mesmo assim os comunistas essa viragem para a coexistência desde o nascimento da URSS e procuraram fazê-lo nos esforços para um compromisso entre democracias burguesas e a URSS para barrar o caminho ao racismo e ao fascismo. Embora com desvios e erros aparecidos no contexto da vitória do Estalinismo sobre a geração bolchevique, [como foi o jogo perigoso e objectivamente contrário à ideia Internacionalista e anti-fascista que levaram ao acordo Ribbentrop-Molotov] foi possível gerar a coligação antifascista que saiu vitoriosa da 2ª Guerra Mundial e permitiu logo a seguir a criação da Organização das Nações Unidas, sem dúvida marcos indeléveis no processo histórico da construção internacional que afastasse os riscos de guerra. Fizeram-no depois nos esforços de desarmamento e coexistência pacífica na segunda metade do século XX.

10 – A criação da Comunidade Económica Europeia germinou em diversas formas do pensamento burguês das décadas anteriores e acabou por singrar e progredir porque em grande medida correspondeu a um impulso objectivo do desenvolvimento das forças produtivas em bases capitalistas com a sua necessidade de desarmar barreiras alfandegárias e promover a navegação sem restrições do capital com vista ao aumento da capacidade produtiva e acumulação. Apesar da polarização da riqueza e do agravamento das desigualdades que a integração económica capitalista engendra, esse impulso acabou por ganhar apoios em muitos sectores de opinião, incluindo de trabalhadores, pela esperança de poderem ascender à partilha de parte dos ganhos inerentes a um tal processo.

11 – Muito embora o contexto fizesse convergir no processo de unificação económica sob hegemonia capitalista muitas motivações ideológicas de contenção das forças progressistas que tinham ganho *elan* na Europa pela vitória anti-fascista e, também, motivações de blindagem contra a URSS. Houve sem dúvida a motivação entre vários sectores burgueses de gerar um ambiente de enquadramento do potencial económico e de crescimento da Alemanha que contrariasse a longo prazo o reaparecimento de novas tendências belicistas no seu seio. Independentemente das motivações,, o lançamento da União Europeia correspondeu a necessidades objectivas do capitalismo mas veio também possibilitar, no entanto, uma nova fase histórica, se para tal os trabalhadores se mobilizarem, no sentido de reclamarem novas condições de desenvolvimento e lançarem em melhor base a unidade internacional dos trabalhadores, criando as condições para se alcançar uma regulação avançada e solidária.

12 – Ao longo porém dos últimos anos, o empenhamento burguês na União Europeia foi perdendo energia e assistiu-se ao crescimento de forças euro-cépticas e a um novo clima de divisão fruto da incapacidade das lideranças burguesas superarem a sua natureza particular e egoísta. As marcas da perda de impulso histórico da burguesia estão precisamente na tendência para impedir a criação de mecanismos que ponham cobro à especulação financeira, *off-shores*, paraísos fiscais e aos apetites predadores da banca e dos fundos desregulados de investimento, responsáveis mais visíveis pela grave crise em que nos encontramos e que ameaça com o regresso do clima de confrontação.

13 – Neste sentido, a crise da União Europeia surge antes de mais como a crise da própria burguesia e do capitalismo em darem cumprimento às suas iniciais promessas de levar por diante um projecto de unificação económica e política, capaz de alavancar o desenvolvimento e de corresponder minimamente às aspirações populares.

14 – A presente crise é portanto um momento de consciencialização de que o actor que pressiona a história pode deixar de ser a burguesia e o capitalismo e dar lugar a novos agentes, no campo popular, interessados efectivamente em levar por diante um tal projecto, desde que remodelado e re-orientado para objectivos progressistas.

15 – Torna por outro lado mais claro que a construção de um espaço supranacional de cooperação, não pode sustentar-se enquanto a sua condução estiver sob influência de forças burguesas, antes se consolidará somente se a correlação de forças evoluir no

sentido de ganharem posição as forças progressistas e acontecer uma transformação económica e política efectivas. Neste sentido, a manutenção da hegemonia burguesa acarretará uma séria ameaça de retrocesso e desmantelamento da União Europeia, ameaça que só pode ser conjurada com o avanço popular e a própria remodelação do projecto da União Europeia.

15,5- Os renovadores comunistas adoptam assim, como sua, a linha de que a construção de mecanismos supra-nacionais de regulação e desenvolvimento para a coesão social é parte integrante do seu programa político e eixo essencial de luta e transformação. Ao fazê-lo não deixam de desenvolver a razão primordial da sua formação enquanto associação política que logo no seu manifesto fundador enunciava os pressupostos de uma nova linha política sobre a integração na Europa e onde não pode deixar de ser evocado o papel dos seus principais fundadores desaparecidos como João Amaral e Edgar Correia, assim como as reflexões e contribuições de grandes figuras do campo comunista como Luís Sá e Joaquim Miranda.

16 - Sem desvalorizar a necessidade de mecanismos regionais e nacionais de desenvolvimento para proteger e incentivar as regiões atrasadas, o objectivo dos renovadores comunistas é agir nos processos de integração económica, a União Europeia neste caso, no sentido de construir uma efectiva regulação e integração supranacionais, viradas para a solidariedade e a coesão. Ao fazê-lo, os renovadores comunistas agem precisamente da mesma forma que as forças progressistas o fazem em processos de integração regional noutras partes do mundo como o continente americano, África e Ásia, em consideram esses processos com parte da criação de um mundo multipolar onde se tendem a esbater as manifestações hegemónicas das grandes potências. Procuram assim vencer pela sua acção na Europa os preconceitos nacionais que advêm da incapacidade histórica do capitalismo em concretizar o sonho da humanidade em alcançar um mundo de paz e prosperidade. E não deixam de sublinhar que, em última análise e necessariamente, é a construção do socialismo a condição necessária para conjurar as constantes ameaças de retrocesso e confrontação como as que se observam desde já na presente atmosfera de crise fruto da incapacidade das lideranças conservadoras na Europa.

### ***Os comunistas portugueses***

17 – Os comunistas portugueses, e o PCP concretamente, apesar da sua génese internacionalista, encararam desde sempre as tarefas do derrube do fascismo e da revolução como tendo uma natureza eminentemente nacional e onde a questão da União Europeia foi ostensivamente desvalorizada. Essa omissão por parte do PCP constituiu e constituiu um erro pleno de consequências pela dificuldade em lidar inicialmente com a própria adesão à CEE, nos passos subsequentes da política de integração e agora em face da grave crise económica que atravessamos.

17,5 - Em vez de se apresentarem como porta-vozes da aspiração internacional e europeia a uma cooperação avançada, o PCP apenas consegue deixar entrever como saída para os problemas o regresso ao espaço nacional.

17,6 - Mesmo com o avolumar da crise na URSS e aliados e a sua posterior implosão, o PCP manteve uma total omissão em lançar o debate sobre as perspectivas de

desenvolvimento supranacional na Europa e não avaliou minimamente o lugar que o processo de integração económica, lançado pelo capitalismo, tende a assumir na luta pelo socialismo e pelo desenvolvimento económico a favor dos trabalhadores.

17,7 - Apesar das condições para o socialismo serem desde sempre olhadas por Marx e Engels como amadurecendo em processo comum, internacional e internacionalista, aos principais países desenvolvidos, essa visão sofreu no início do século XX uma importante mudança pela deslocação do centro revolucionário para a Rússia e por força da derrota revolucionária na Alemanha. Com a implosão da URSS e das tentativas de avançar para o socialismo por via não capitalista a partir de economias mais atrasadas na Europa, confinadas a uma moldura nacional, a questão da visão clássica da revolução na Europa reemerge como acto comum aos principais países e como processo onde a questão internacional assume um papel de grande relevo. É por isso que a Renovação Comunista coloca a perspectiva da maturação de condições transformadoras como sendo um processo que se resolve também no âmbito da luta por uma regulação supranacional favorável ao interesse popular. A Renovação Comunista elege assim como frente de luta a reclamação de reformas económicas e políticas na Europa a favor da coesão e da remodelação económica em direcção anti-capitalista.

17,8 – Ao não re-equacionar a sua estratégia de transformação com a forte mudança de contexto político ocorrida nas últimas décadas na Europa, o PCP deixa assim sem representação um vasto sentimento favorável a mais integração e à superação da crise por via de novos avanços e remodelação do projecto europeu no qual estão também interessados os trabalhadores ainda que, muitos deles o façam com ilusões e muitas vezes sem questionarem o próprio capitalismo. A ambiguidade da posição do PCP sobre o regresso ao espaço nacional como saída ou libertação, acaba por estreitar a possibilidade de alianças, permite à social-democracia capturar base de apoio e enfraquece o movimento popular. E deixa submeter o ponto de vista dos trabalhadores, que deveria ser autónomo e independente, à pernicioso influência de forças burguesas e pequeno-burguesas que acenam com a ilusão do isolamento nacional.

18 – Nem no debate e construção programáticas da Revolução Democrática e Nacional nos anos 60 do século XX, nem depois na condução do processo revolucionário, o PCP teve em conta o papel e a potencial força de atracção que a União Europeia poderia exercer ao prometer o desenvolvimento genérico das forças produtivas.

19 – Sem dúvida que pesaram nessa omissão a ideia voluntarista, no PCP, incluindo à época nos que são actualmente membros da Renovação Comunista, de que o capitalismo já não teria capacidade para pressionar a evolução política e económica europeias face aos avanços democráticos que então se verificaram no mundo, na altura do 25 de Abril, ao fim do colonialismo e às ilusões sobre o referencial da URSS e seus aliados no desenvolvimento internacional, incluindo na Europa.

20 – Funcionou também a noção intuitiva de que a pressão das forças burguesas para uma ligação à União Europeia se constituía em operação de contenção da revolução

democrática e em plataforma de salvação do capitalismo dentro de portas. A oposição à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia partia da intuição sem dúvida pertinente de que ficariam assim postas em causa as conquistas revolucionárias. De facto, o desenvolvimento democrático sofreu com o novo contexto, a questão europeia ajudou ainda mais às divisões que levaram ao retrocesso da Revolução, e colocaram-se novos e difíceis desafios, na teoria, tática e estratégia revolucionárias, de resto largamente não debatidos, embora fosse óbvia a importância histórica da fase supranacional que o capitalismo na Europa estava a desenvolver. A resposta a uma tão importante tendência histórica não deveria portanto ser baseada apenas em intuições, na mera negação do processo integracionista e posteriores aprofundamentos. Convocava e convoca, pelo contrário, para a transformação do próprio projecto europeu e a elaboração de uma estratégia de luta que venha a ocupar a arena da política europeia condicionando e fazendo oposição à eurocracia no sentido de ganhar a consciência dos trabalhadores para transformações progressistas.

21 – O PCP considerou durante muito tempo como tese central da sua movimentação a ideia de que a democracia política era indissociável da construção de um nexo entre as tarefas democráticas anti-fascistas, anti-colonialistas, anti-monopolistas e anti-latifundiárias da Revolução Democrática e Nacional e a construção socialista, sob pena de a recuperação capitalista conduzir a prazo ao regresso a uma qualquer forma de ditadura. Porém, ao não incluir na sua análise o papel da União Europeia na geração de força para o redireccionamento político em Portugal acabaram, o PCP e os trabalhadores, por ficarem na defensiva quando os socialistas, fortemente contrários às propostas comunistas, mas também a direita desejosa de conter o processo revolucionário, vieram apostar na adesão à CEE. A omissão da questão europeia mostrou portanto como era reducionista e simplista a avaliação dicotómica que o PCP fazia entre democracia e avanço da revolução versus regresso à ditadura com recuperação monopolista e latifundista.

21,5 - Os erros do PCP são o resultado da profunda burocratização do movimento comunista internacional ao longo de décadas, do seu desvio nacionalista para considerar a transformação do mundo como fundamentalmente decorrente das lutas nacionais, país a país, onde o problema da construção de uma regulação internacional deixou de estar presente depois dos debates e prospecções do século XIX e início do século XX. É neste quadro que se chega ao ponto, num mundo fortemente globalizado, de estar o PCP longe de erguer a bandeira do internacionalismo que afinal presidiu ao nascimento do seu projecto, constante no Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, o qual deveria continuar a vincular todos os comunistas e vincula, como não poderia deixar de ser, a Renovação Comunista.

22 – Sem nunca empreender no debate e enquadramento teórico do significado histórico e das necessidades de desenvolvimento do modo de produção capitalista, inerentes ao processo europeu, o PCP ficou numa linha de negação não dialéctica relativamente aos projectos de integração liderados pelas forças burguesas. reeditou as mais das vezes sobre esses projectos um discurso baseado no anti-imperialismo e na análise do imperialismo que marcou a posição comunista ao longo do século XX e serviu de base aos programas de libertação nacional nas colónias. O anti-imperialismo de nação periférica e subordinada que não incorpora o presente

contexto de forte integração e desarmamento alfandegário na Europa, tem por consequência a defesa tácita da saída da UE, qual libertação *nacional* ligada à aposta no falhanço da própria União Europeia, análogo aos movimentos independentistas do antigo sistema colonial.

23- Pelas suas graves falhas na elaboração teórica, não pôde assim o PCP influenciar devidamente o próprio processo de integração, a discussão dos termos dessa mesma integração e não pôde acautelar devidamente as melhores condições para o país e para os trabalhadores. Nem conseguiu ainda, mesmo no presente quadro de crise e falhanço político dos governos de direita na Europa, projectar um programa de reorientação do projecto europeu e de reclamação de medidas favoráveis aos povos e aos trabalhadores para conjurar a crise e relançar a prosperidade. Não construiu uma posição que lhe permitisse conquistar a representação da vasta inquietação que grassa hoje entre os trabalhadores e classes intermédias em larga medida temerosas da ameaça de desmembramento da UE pelas rivalidades inter-burguesas, entendida justamente por uma ampla base social como retrocesso económico e político.

24 – Ao não fazê-lo até ao presente, o PCP acabou e acaba até por coincidir com forças em países europeus que reclamam abertamente as consignas de *separação*, como é por exemplo a posição ultra-esquerdista do Partido Comunista Grego, mas permite também confusões com posições abertamente reaccionárias de forças burguesas nacionalistas.

25 – Favorecem assim perigosamente as campanhas da direita que tudo fazem para amedrontar os portugueses com a possível catástrofe que adviria de um tal desmembramento. Com isso, procura a direita mais espaço para aplicar as suas medidas de pavor económico sobre os trabalhadores, esgrimindo com o suposto dilema de que a sua recusa levaria à *separação*. Ficam assim invertidos os termos da discussão e o terreno de luta a desfavor dos trabalhadores, na medida em que a direita diz que o pavor económico capitalista seria a única forma de preservar a União quando a acção internacional dos trabalhadores em prol da remodelação europeia em direcção contrária aos interesses do capital é que deveria ser a resposta à crise e ao crescente eurocepticismo burguês. A direita deixa de estar assim confrontada com efectivas e credíveis medidas de relançamento económico que uma política democrática possibilitaria e fica enfraquecida a luta contra o projecto anti-social e liberal que nos querem impor reduzindo a margem para alianças e para a acumulação de forças à esquerda.

26 – Pesa sem dúvida na posição do PCP, como se disse, uma avaliação marcada pela caracterização das relações internacionais, inclusive na Europa, como sendo a mera extensão da análise clássica do imperialismo construída num contexto muito diferente do actual. O imperialismo, na visão dos comunistas do século XX, decorria do evolucionismo capitalista nos principais países europeus, onde se afirmaram os monopólios com a formação de carteis nacionais e a captura total dos governos e do Estado para o condicionamento da livre concorrência e a promoção organizada da acumulação capitalista – capitalismo monopolista de Estado. Trazia como consequência inerente o esmagamento da pequena empresa, a super exploração dos trabalhadores, a luta pela partilha e ocupação militar das regiões atrasadas do planeta

ainda a funcionar em larga medida em termos pré-capitalistas, a disputa das fontes de matérias primas e a obtenção de novos mercados para escoar a superprodução que tinham construído nas metrópoles. Foi depois adoptada a análise anti-imperialista na formação da acção das forças libertadoras que conduziram a luta pela independência e levaram ao fim do colonialismo. A avaliação do regime económico ajustou-se então muito bem à análise dos líderes operários do início do século XX, Lenine, Bukharine e Rosa de Luxemburgo do lado comunista, mas com contribuições do lado da IIª Internacional como as de Hilferding.

27- Usar mecanicamente essa análise no presente contexto europeu, segundo a qual Estados imperialistas Europeus dominariam colónias ou neocolónias da periferia da Europa, quando muito com meras diferenças de grau relativamente ao que se passou ou ainda se passa com o terceiro mundo, constitui uma óbvia artificialidade na prática e discurso do PCP que a Renovação Comunista confronta e considera errada.

27,5 - A configuração do imperialismo baseava-se na divisão entre o mundo capitalista e o mundo não capitalista com competição entre as potências capitalistas sobre os restantes territórios com uso directo da força militar para os subjugar. Hoje já não está em causa a conquista territorial directa ou o controle colonial. O que se procura é sustentar um sistema de forças que faça prevalecer o capitalismo em toda a parte e assegurar as condições de funcionamento do capitalismo globalizado a favor do interesse de países hegemónicos ou de sistemas de países, ainda que as novas relações de subordinação e imposição sejam tão inaceitáveis como antes.

27,6 – Pode-se classificar ainda como imperialismo este novo quadro, como o fazem autores marxistas eminentes da actualidade, mas ele apresenta tão substanciais diferenças em relação ao imperialismo do início do século XX e da época da libertação das colónias, como de resto o sublinham precisamente esses autores, que ignorar essas diferenças e sobretudo ignorar as pertinentes e diferenciadas respostas de tática política que convoca, que será errado e conduzirá à derrota os comunistas caso deixassem vingar este ponto de vista atrasado e descontextualizado. A resposta que a Renovação Comunista e muitos sectores progressistas procuram dar não pode portanto ser apenas de índole nacional.

28 – Hoje, o controle capitalista dos processos supranacionais exprime-se na exploração pelas multinacionais do trabalho barato, tanto no centro como na periferia, mas igualmente pela manipulação monetária e da dívida mesmo entre países no centro capitalista. Estas mudanças de configuração, estão nesta altura a intensificar as contradições e instabilidades do capitalismo e podem abrir novas possibilidades de luta anti-capitalista. A resposta necessária convoca portanto para acção em prol de resposta articuladas internacionais dos trabalhadores para que a regulação supranacional se transforme e passe a servir o propósito da solidariedade internacional.

28,1 – Ao adoptar uma orientação claramente internacionalista sobre a UE, a Renovação Comunista não desvaloriza o espaço de luta nacional como sendo obviamente um palco de eleição na busca de melhores condições de vida para os trabalhadores e onde poderá amadurecer o caminho para transformações



progressistas que venham igualmente a concorrer para a mudança de correlação de forças na Europa. Para a Renovação Comunista, a luta nacional é parte integrante da sua orientação internacionalista.

28,5 – No PCP manifestaram-se no entanto, ao longo do tempo, posições no sentido de fazer acolher uma nova perspectiva sobre a União Europeia, desde logo no processo de debate e remodelação da sua orientação aquando da aprovação do programa da “Democracia Avançada” e em prospeções e reflexões de várias personalidades do campo comunista. Na comissão de redacção do programa do PCP pontificaram então quadros de grande relevo na formatação da orientação estratégica como Carlos Brito, Edgar Correia e João Amaral. As diferenças de perspectiva que se vieram a estabelecer acabaram por estar igualmente na origem do próprio movimento renovador a partir do ano 2000 onde, no seu manifesto fundador, se aludiu desde logo à premência de uma nova orientação sobre a União Europeia.

### **A Crise na UE e o Euro**

29 – A origem da crise capitalista ilustra bem a mecânica desenhada por Marx onde o recuo dos rendimentos e da capacidade de consumo dos trabalhadores deixa de permitir o escoamento da prodigiosa capacidade produtiva desenvolvida pelo capitalismo na fase ascensional do seu ciclo económico.

30 – Desde a viragem do século XXI que o crescimento económico estagnou nos principais países capitalistas, na Europa, EUA e Japão, apenas iludido por algum tempo pelo recurso ao crédito, então acessível e barato, o qual parecia compensar a perda de rendimentos do trabalho e alimentar as encomendas à indústria.

31 – Na origem da estagnação estão transformações ocorridas pela pressão das orientações liberais na busca de aumentarem a taxa de lucro iniciadas na década anterior. Aconteceu a desregulação das regras de contratação debaixo da consigna da competitividade com o recuo do valor da mão-de-obra, tiveram lugar as deslocalizações maciças de empresas para geografias onde o custo do trabalho era mais baixo e operaram-se mudanças nos meios de produção, onde avulta a automatização e a informatização criando mais desemprego estrutural que pressiona para a baixa do custo da mão-de-obra. A navegação irrestrita do capital a nível global permitiu que uma maior fracção do capital escapasse à tributação e aos encargos correntes da economia provocando o recuo relativo das receitas estatais. Neste sentido, a crise da dívida dos estados corresponde largamente ao montante da fuga dos capitais à tributação conseguida pelas reformas liberais .

32 – É cada vez mais importante o papel da economia estatal no conjunto da actividade económica, fruto do recuo do investimento privado cada vez mais orientado para a especulação, com os Estados a terem de desempenhar um papel crescente no investimento e na sustentação de serviços ditos sociais mas que permitem fazer o *dumping* a baixo custo para subsidiar o conjunto do capitalismo. Aconteceu assim o inevitável recuo nas receitas do Estado, mas também pelo recuo da actividade económica, recuo dos rendimentos do trabalho, aumento da despesa pelos encargos cada vez maiores decorrentes do desemprego e sobretudo com a enorme evasão fiscal das grandes companhias a que se somou a injeção de fundos públicos para

salvar os bancos da bancarrota. Os credores que combinam a banca e os fundos de investimento desregulados conseguiram assim impor juros agiotas aos Estados endividados, e fazer subir a espiral da dívida impossível de cumprir.

33 – Segundo os dados da Auditoria Cidadã de Dezembro de 2011, ainda que desde 2000 se tenha vindo a observar o aumento do rácio da dívida pública no PIB, até 2005 este rácio esteve sempre abaixo de 60%, o mínimo requerido pelos critérios de Maastricht, estando o seu crescimento relativamente contido até 2008. O endividamento público disparou apenas na sequência da crise aquando do resgate do sistema financeiro, o caso do BPN e do BPP em Portugal, e da recessão. A resposta à crise tem consistido em sucessivos programas de austeridade geradora de recessão e perda de capacidade de fazer cumprir as obrigações da dívida. Torna-se cada vez mais claro que este tipo de resposta condena a sociedade portuguesa ao aumento do desemprego, ao desmantelamento do sector público produtivo e à destruição progressiva do Estado social sem contudo reconduzir a dívida pública a níveis económica e socialmente sustentáveis, nem criar perspectivas de recuperação económica.

34 – Ainda Segundo a Convenção de Lisboa da Auditoria Cidadã, no início da intervenção da *troika* a dívida pública portuguesa tinha ultrapassado os 97% do produto anual do país (PIB). Em 2013, quando é suposto esta intervenção terminar, Portugal deverá situar-se acima de 106% do PIB desse ano. Entretanto o nível do PIB terá regredido para valores de há quase uma década e o desemprego situar-se-á acima dos 13%. Estas são previsões do próprio governo português. A OCDE estima pelo contrário uma taxa de desemprego de 14,2%. No final da intervenção da *troika*, Portugal terá uma dívida pública maior e estará mais pobre. Reconhecer-se-á então que a dívida pública é insustentável e que os sacrifícios não conseguirão resolver os problemas. O programa da *troika* é assim também parte do problema e não abre o caminho à solução de que o país carece.

34,5 - Contudo, a questão da dívida, das suas causas internas e externas, os erros de desenvolvimento do país que a impulsionaram, o papel apropriador de fundos públicos para usos indevidos que as classes dominantes exerceram ao longo dos anos precede e é diferente da questão do memorando da *troika*. E é diferente do papel que o actual governo de direita desempenha ao pretender ultrapassar as próprias condições do memorando da *troika* para impor uma drástica viragem da correlação de forças a desfavor dos trabalhadores. As projecções da evolução da dívida sob o programa de intervenção não podem ser avaliadas sem considerar o que teria acontecido sem essa intervenção, se tivesse o país sido forçado a perder subitamente os seus meios financeiros e ficasse sob o espectro de uma rotura generalizada no funcionamento corrente da economia. Seguramente que essa situação traria um maior garrote sobre a vida dos portugueses. O que se trata nesta altura é de mobilizar os trabalhadores para conseguir financiamento nas melhores condições para que seja possível relançar o desenvolvimento. Conquistar a mudança das condições impostas é o caminho de luta adequado para a Renovação Comunista e não se pode confundir com qualquer aventureirismo de precipitada interrupção do financiamento ou de uma saída da zona euro sem perspectiva mínima de se evitar a catástrofe económica.

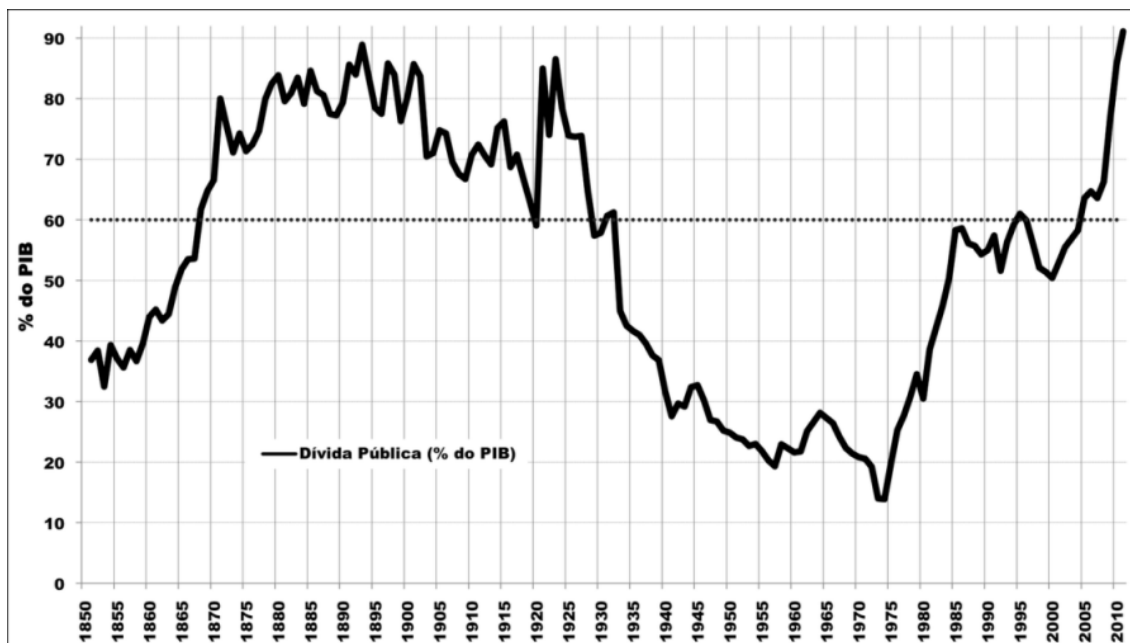


Figura: evolução plurianual da dívida pública com subida acentuada a partir de 2005. De 2008 para a frente a subida é alimentada pelo peso dos juros.

34,5 – A condução das forças de esquerda foi em muitos aspectos errada no desenrolar da crise a partir de 2008, quando não avançou como um plano de contenção do resvalar da dívida, não foi capaz de lançar uma proposta que permitisse escapar à intervenção da *troika* e não disputou sequer junto da mesma os termos do programa de financiamento quando ele se tornou incontornável pelo rápido avolumar de dificuldades de financiamento da economia portuguesa. Foi neste aspecto profundamente errado que as forças de esquerda, o PCP e o BE, não tenham colocado as suas reclamações junto dos representantes das instâncias internacionais recusando mesmo um encontro para discussão com esses representantes. Apenas a CGTP acedeu em apresentar os seus pontos de vista sobre a situação. Esse negativismo inquietou amplos sectores de trabalhadores por sentirem que as negociações ficaram apenas na mão das forças de direita e onde o próprio governo do Partido Socialista estava já profundamente fragilizado. O resultado é que temos hoje um governo de direita, porventura o mais à direita depois do 25 de Abril, onde os responsáveis se arrogam a defesa de medidas que inclusive ultrapassam em profundidade as próprias condições colocadas pelas instâncias internacionais e do directório europeu e recusam qualquer conduta de firmeza em prol dos interesses populares e do país.

34,6 - A situação exigia e exige, não negativismo, mas disputa taco a taco dos termos gerais e concretos de aplicação das condições de financiamento reclamando cada cêntimo de salário, cada direito do trabalho, cada empresa pública, cada hospital público, cada escola pública, para assegurar nas presentes condições de enorme dificuldade as mais favoráveis condições possíveis para o lado dos trabalhadores e assegurar ao mesmo tempo o funcionamento regular da economia. Foi na realidade muita vozeria constestária no argumentário do lado do PCP e do BE, mas efectiva fuga ao combate pelas melhores condições de enfrentamento da ameaça de

bancarrota. O que urge pelo contrário é encetar um programa de luta pela correcção das condições de serviço impostas e dos aspectos mais gravosos contidos no memorando e sobretudo combater as tentações da direita em ultrapassar o próprio programa da *troika*. Ao mesmo tempo que se deve mobilizar a opinião pública para as necessárias reformas da UE, dos seus órgãos e políticas e batalhar pela conquista de condições socialmente simétricas em relação aos sacrifícios e obter o relançamento económico e do emprego tendo por objectivo trabalhar por alargados consensos e compromissos de toda a esquerda incluindo o Partido Socialista. Para a Renovação Comunista, a questão não é andar a laborar em consignas esquerdistas e infantis de recusa da legitimidade da *troika* e das suas orientações em abstracto, na quimera de uma solução que não conseguem sequer explicar qual seria, mas sim enfrentar o problema que foi largamente criado pelo capitalismo, pelas classes dominantes portuguesas que se dedicaram à especulação e à captura de fundos públicos para fins privados, e erguer a frente social que vai superar a crise financeira e conduzir ao relançamento. Para a Renovação Comunista o problema principal está no governo de direita na medida em que se impõem outros protagonistas para encetar com princípios sociais e de defesa das condições de desenvolvimento do país uma verdadeira negociação com as instâncias internacionais.

35 – Entretanto, permanecem inabaláveis os pilares de sustentação do capitalismo na União Europeia apesar das suas responsabilidades no desencadeamento da crise. Os Estados continuam a não poderem financiar-se junto do Banco Central Europeu, estando apenas autorizados a recorrer ao chamado mercado secundário da banca e dos investidores. Estes obtêm financiamento junto do BCE a juros baixos, de 1 %, e emprestam aos Estados a juros agiotas num mecanismo infernal de drenagem da riqueza pública. Afirma-se que os ganhos só da banca alemã, com a crise da dívida, poderão ser em 2011 da ordem dos 13 mil milhões de euros. Há aliás a convicção de que estando a banca alemã gravemente exposta à crise do chamado *sub-prime* que teve epicentro nos EUA em 2008 e 2009, estando inclusive em risco de falência ou nacionalização de parte dos seus activos, na verdade procura com a presente situação de agiotagem da dívida soberana de países do sul da Europa conquistar em parte a sua solvência profundamente abalada. Os ganhos com a agiotagem explicam também a relutância em empreender passos de verdadeiro relançamento na medida em que a o financiamento a partir de mecanismos públicos chocaria com a ideologia liberal e contrariaria fortemente os interesses do capitalismo dos países dominantes porque devolveria aos Estados e à esfera pública um importante dinamismo na economia. Por outro lado, são recusados tacitamente quaisquer mecanismos regulatórios sobre o movimento de capitais e a evasão fiscal dos detentores de capital, embora se prometa resolver a situação de tempos a tempos, e recusa-se o fim dos *off-shores*, recusa-se qualquer contenção das operações especulativas e recusa-se qualquer regulação sobre o movimento de capitais, agravando ainda mais a crise e a dívida. Há portanto uma crescente oposição entre o interesse dos povos e os interesses do grande capital e, neste caso, o grande capital financeiro não hesita em prosseguir encarniçadamente as suas metas mesmo que isso arrisque o desmembramento da UE.

36 - Depois de um primeiro momento de pânico dos bancos e do grande capital exigindo a injeção de fundos públicos para serem salvos, os seus responsáveis

voltaram aos negócios do costume [business as usual] na medida em que essa injeção de fundos aconteceu sem contrapartidas regulatórias suficientes, servindo os fundos públicos em mão privadas para continuar a ofensiva liberal desreguladora. É a tese do primeiro ministro Passos Coelho de ser o Estado português “financiador passivo” da banca. Em caso algum portanto passa pela cabeça destes responsáveis exigir à banca publicamente financiada o cumprimento de metas de actividade bancária em prol do interesse da economia nacional. A utopia neo-liberal exprime-se não apenas na recusa da intervenção pública ao nível supranacional, mas igualmente na aplicação de programas de austeridade que visam enfraquecer os mecanismos públicos de regulação económica e o espaço económico público em cada país.

37- No entanto, a principal recusa da linha liberal está precisamente em opor-se encarniçadamente à adopção de mecanismos públicos supranacionais, a partir do Banco Central Europeu e do Banco Europeu de Investimentos, para dotarem a União Europeia e os seus Estados membros de uma plano e de novas capacidades para relançarem o crescimento económico por via de um financiamento co-gerido fora dos cânones dos chamados mercados. A proposta de financiamento com medidas monetárias supranacionais empunhada por peritos económicos de renome como Yannis Varoufakis [a modest proposal] tornou-se no pesadelo do núcleo dirigente do processo económico europeu sobretudo porque ganhou apoios muito vastos que rompe as segmentações partidárias e gera uma base social e política muito ampla para a mudança da UE.

38- A Europa aproxima-se não de uma restauração da competitividade económica prometida pelas políticas do capital, mas de um grave empobrecimento e recuo do seu peso na criação de riqueza mundial. Segundo o interesse dos povos, os resultados destas políticas não ganham competitividade nenhuma antes levam ao empobrecimento e à perda de condições materiais de vida conquistadas nas décadas anteriores, parâmetros que são decisivos para ajuizar da bondade ou maldade de uma dada orientação. Neste sentido, o eventual aumento da rentabilidade do capital, confundida com competitividade económica, que resultará da aplicação destas medidas, traduzir-se-á em miséria e perda de relevância económica de uma vasta região do mundo.

39 – Caberá aos comunistas encabeçar o programa de reforma da UE e polarizar uma vasta aliança social que dê força ao processo de mudança.

### ***A questão da saída da zona Euro e da UE, de Portugal e de outros países da Europa***

40 – Nas posições formais e nas discussões informais no seio da esquerda vem estando muitas vezes presente a tese de que Portugal carece de uma folga de protecção, com saída da zona euro e mesmo saída da UE, para recuperar a sua situação económica e poder recapturar um nível de desenvolvimento que lhe permita mais tarde incluir o espaço económico europeu.

41 – Face aos péssimos sinais que vêm da Europa, este ponto de vista pode compreender-se como recusa e primeira reacção às receitas das instâncias supranacionais do directório europeu e deve ser debatido amplamente no país.

42 – Os renovadores comunistas contrariam a saída de Portugal da zona Euro e a saída da UE porque entendem que a UE pode, pela acção colectiva, tornar-se em espaço de desenvolvimento e solidariedade e porque consideram que o desmantelamento da zona euro traria um enorme retrocesso económico e social, com forte penalização dos interesses dos trabalhadores. E traria seguramente novos elementos de confrontação entre interesses rivais do capitalismo e de recuo da própria democracia.

43 – Mas ninguém pode garantir que haja força nas presentes circunstâncias para impedir o desmembramento da moeda única na medida em que o peso das forças conservadoras é muito grande e o país pode de facto não conseguir a curto prazo as condições mínimas para promover o relançamento num quadro de agravamento da crise e da austeridade.

44 – Na busca e promoção de convergências à esquerda, os renovadores comunistas afirmam a sua posição de que não é indiferente, serem eles ou as forças que representam os trabalhadores, a exigir uma tal saída ou resultar, esse desenlace, do encarniçamento e obstinação das forças do grande capital que se inclina progressivamente para a confrontação. Para a História é significativo identificar com precisão quem são os agentes de construção internacional solidária e quem são os fatores de confrontação e chauvinismo nacionais. Mas outra coisa é preparem-se os comunistas e a esquerda para todos os cenários porque os imponderáveis da História possam vir a determinar um desmembramento, por força da supremacia do eurocepticismo e da hegemonia do grande capital, ao mesmo tempo que tudo fazem e farão para superar a crise europeia e empreender o seu relançamento em novos moldes. Os renovadores comunistas não podem pela sua análise ser agentes de desmembramento mas não podem no exercício das suas responsabilidades deixar de considerar como muito importante o estudo e o apetrechamento político e técnico se esse drama vier a acontecer.

44,5 – Tanto mais que a questão está precisamente na definição do qual deve ser o programa de recuperação económica do país, aconteça ele desejavelmente no quadro de uma UE que aceita evoluir e remodelar-se, seja ele no quadro muito difícil de saída e desmembramento da zona Euro. É assim prioritário que as forças de esquerda trabalhem e debatam no seu seio quais devem ser os eixos de força desse programa com a devida prevenção dos contextos em que venha a ser aplicado.

45 – A questão que se coloca à acção comum da esquerda não poderá ser a dicotomia entre os que investem numa UE reformada e nos que dão prioridade a uma saída para a protecção do país face às suas graves fragilidades económicas, em boa parte por o próprio processo de integração ter sido dirigido por forças burguesas que não cessam de violentar o interesse popular. O que se trata é de assumir que as diferentes sensibilidades devem dialogar e comprometer-se a agir em cada momento segundo os interesses dos trabalhadores. Devem preparar-se para qualquer das eventualidades, no pressuposto de que a história sempre exigirá à esquerda um programa de relançamento económico para Portugal seja ele no quadro de uma UE que decide finalmente remodelar a sua política supranacional e acolher uma discriminação positiva das regiões mais frágeis, seja porque os pontos de vistas

burgueses, egoístas, prevaleceram e forçaram ao desmembramento e ao regresso ao proteccionismo nacional.

### ***O programa comunista para a UE***

46 – A Renovação Comunista apoia a campanha do Partido Europeu da Esquerda para a criação de um fundo europeu para o desenvolvimento e envolvem-se activamente na respectiva campanha e procuram o sucesso na respectiva apresentação no Parlamento Europeu a partir da recolha de apoios entre os povos da UE.

46,5 – A Renovação Comunista apoia o programa do Partido Europeu da Esquerda aprovado no seu 3º Congresso, em Paris, em Dezembro de 2010 e sublinha a importância de um novo modelo de desenvolvimento que responda às necessidades de relançamento económico e que seja ecologicamente sustentável, em solidariedade com todos os povos da Europa.

- Um salário mínimo europeu de pelo menos 60% do salário médio de cada país com reforço das convenções colectivas de trabalho.
- Um rendimento mínimo garantido para os desempregados e para os que não dispõem de meios de subsistência
- Um rendimento decente para estudantes e pessoas em treino profissional.
- Uma pensão decente garantida para os que têm mais de 60 anos
- Condições regulares de trabalho e empregos com direitos.
- Jornadas de trabalho mais curtas sem queda do rendimento.
- Maior investimento na segurança social, saúde, serviços públicos, habitação social e reforço das políticas ambientais públicas.
- Desenvolvimento de um programa de crescente eficiência energética doméstica com o uso de tecnologia para garantir domicílios confortáveis para todos onde as despesas energéticas não ultrapassem os 25% do rendimento das famílias.
- Uma política de redução do leque salarial que combata as manifestações iníquas de desigualdade na Europa e no país.

A ênfase ambiental nesse novo programa inclui a promoção de uma revolução energética assente em recursos genuinamente renováveis em larga escala e a promoção da poupança energética. Os renovadores comunistas batem-se contra o aquecimento global e procuram agir com outras forças para prevenir os seus mais graves impactos na mudança climática, com a redução das emissões de CO2 nos países desenvolvidos.

46,6 – A Renovação Comunista recusa a discriminação das minorias e a xenofobia e favorece uma política solidária de integração e valoriza o importante contributo que essas minorias geram para a economia e a cultura europeia.

47 – A Renovação Comunista bate-se pela interdição imediata das operações especulativas do capital com a proibição dos seus inúmeros produtos e métodos de traficância. Consideram prioritário o registo das operações de deslocalização de capital e procuram fazer vingar legislação que faça tributar toda a massa de capital em operação para assegurar receitas essenciais ao desenvolvimento económico.

Pronunciam-se pela proibição dos *off-shores* e de todos os privilégios para a evasão fiscal no conjunto da União Europeia.

48 – A Renovação Comunista apoia a proposta de inúmeras personalidades do mundo académico para a geração de um pólo financeiro supranacional, democrática e politicamente regulado, que resulte da mudança estatutária do BCE e do BEI no sentido de serem emitidas obrigações europeias para conjurar a crise das dívidas soberanas sem o garrote das regras mercantis em vigor e sobretudo para suportar um plano abrangente para o relançamento económico com ênfase na coesão e na solidariedade e com consideração de apoios diferenciados consoante o patamar de desenvolvimento das regiões mais deprimidas da União Europeia.

49 – A Renovação Comunista pronuncia-se pelo cuidadoso reforço dos mecanismos de regulação supranacional na esfera da fiscalidade na direcção da harmonização, do reforço da disciplina orçamental em cada país e para a criação de efectivos mecanismos de redistribuição para o aprofundamento da solidariedade, o que pressupõe uma evolução no sentido de um reforço do orçamento comunitário.

50 – A Renovação Comunista não poderá aceitar nunca que o reforço de competências supranacionais aconteça sem uma reforma dos órgãos políticos da UE por forma a romper com a eurocracia e a opacidade dos processos de decisão e acabe com a governação por conferências de imprensa onde algumas vedetas procuram condicionar os processos de decisão. Neste sentido é imperioso reforçar a legitimidade democrática da Comissão Europeia e da sua vinculação mais clara ao Parlamento Europeu, a par de um aumento do papel vinculativo dos parlamentos nacionais. Os renovadores comunistas encaram nesta evolução a necessidade de reequilibrar a representação e o nível de participação dos Estados ao ponto de considerarem a questão do desdobramento da representação parlamentar para um sistema de duas câmaras que reflectam adequadamente a questão da proporcionalidade nas decisões, com uma câmara baixa, mas consagrem também o espaço para a igualdade dos povos numa câmara alta.

51 – A renovação Comunista coloca a toda a esquerda portuguesa o desafio de se iniciar desde já a tarefa de construir o programa para a viragem económica e política do país com escolha dos focos de investimento, de combate ao desemprego e de lançamento das bases para uma economia mais avançada e livre das muitas fragilidades que puxam o país para baixo. É nesse contexto importante dar transparência às decisões de investimento, usar as alavancas públicas, a banca pública e intervencionada, com juros discriminantes segundo o interesse social e a sustentabilidade dos projectos.

52 – A Renovação Comunista, consciente da enorme contingência política que atravessa a Europa, apoia a construção de um plano que sirva para dar conteúdo a novos mecanismos supranacionais para financiar o desenvolvimento mas concorda que esse plano possa ser gizado com as cautelas necessárias para a eventualidade de ocorrer o aprofundamento da crise e se tornar incontornável o desmembramento da zona Euro. Para os renovadores comunistas, mesmo num quadro indesejável de desmembramento da zona Euro, o país continuará a carecer de um plano de resposta



susceptível de fazer convergir um vasto conjunto de forças políticas e que mobilize amplos sectores sociais.

53 – Os renovadores comunistas consideram que existe base social e força política suficientes para que o país encontre uma resposta adequada à crise. Consideram que a situação europeia é perigosa mas pode ainda ser possível operar um conjunto de reformas que reponham a virtualidade da cooperação e solidariedade. Em todo o caso a resposta em qualquer dos cenários só poderá ser iniciada com um vasto entendimento de forças que envolva o Partido Socialista, o PCP e o BE e todos os grupos informais que hoje marcam presença à esquerda na vida portuguesa. O desafio está precisamente em iniciar-se o processo da convergência.

Documento de trabalho (14 de Janeiro de 2012)